

CES
COOPERATIVISMO E ECONOMIA SOCIAL
Núm. 38 (2015-2016), páxs. 447-451
ISSN: 1130-2682

**COOPERAÇÃO E SOLIDARIEDADE UMA
HISTÓRIA DA ECONOMIA SOCIAL**

ÁLVARO GARRIDO

TINTA DA CHINA, LISBOA, 2016, 320 PÁGINAS

EDUARDO GRAÇA¹

¹ Presidente da direção da CASES.

Tendo sido uma iniciativa da Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES), em parceria com a Fundação Montepio, a obra em apreço, pelo seu ineditismo em Portugal, representa um passo significativo na direção da criação de uma linha de investigação, transversal mas, no essencial, integrada na disciplina da história, pois como escreve o autor na Introdução *«Neste como noutros temas habitados por um denso imaginário, parece faltar história a tanta memória.»*

A investigação história desempenha, por outro lado, no processo de reconhecimento da economia social um papel não negligenciável sendo este um contributo para iluminar o caminho de todos os que estudam e se empenham no movimento da economia social na academia e nas entidades da economia social, sejam cooperativas, mutualidades, associações, fundações, misericórdias, IPSS s ou outras entidades identificadas no art.º 4.º da Lei da Bases da Economia Social (LBES) portuguesa.

Quando em finais de 2014 convidamos o Prof. Álvaro Garrido a escrever uma história da economia social fizemo-lo por sentirmos a necessidade de dar alento à produção de trabalhos de investigação, com particular enfoque na história de um sector com tradição antiga mas cujas abordagens históricas surgem, quase sempre, mais como adorno, ou ilustração, e menos como aprofundada busca das suas raízes autênticas, correspondendo à necessidade, desde sempre identificada, de densificar o conhecimento e promover a reflexão acerca da economia social em Portugal.

O resultado final apresentasse-nos, espreado em 314 páginas (num livro irrepreensível no plano estético e editorial), como uma digressão clara, feita de escrita fina e aturado estudo, que informa educando, acerca de um tema que nas últimas décadas, mesmo após a longa ditadura de quase 50 anos, foi subalternizado em todas, ou quase todas, as instâncias do poder e do saber, desde a administração à academia ao invés do que havia acontecido um século atrás, contraste que é uma das marcas de água da investigação de Garrido, trazida à ribalta por esta obra.

Esta é uma obra que permite assinalar a emergência da economia social, e o seu papel crescentemente relevante na economia e na ação social, papel que se não compadece mais com o esquecimento e a subalternidade que, a mais das vezes, tem sido votada apesar da sua consagração constitucional e legal em Portugal, nem com a rasura a que tem sido sujeita pela escola pública que quase a não considera como disciplina de estudo, apesar de crescentes meritórios empenhos e iniciativas.

O autor aprofunda os caminhos seguidos pelo setor da Economia Social na fundação de dois empreendimentos históricos incontornáveis: a «proteção social»

e o «associativismo livre». A «proteção social» nascida como resultado da necessidade da coroa através da igreja católica, no século XV, responder à extrema miséria de uma imensa multidão de desvalidos. O «associativismo livre» nascido da revolução industrial, nos séculos XVIII e XIX, que criou uma multidão de explorados que se auto-organizaram para prover às suas necessidades materiais básicas (através de cooperativas e mutuas), à defesa dos seus interesses laborais (através de sindicatos) à urgência de representação política (através de partidos).

Não poderá também ser omissa o destaque que a obra atribui à doutrina produzida em torno da economia social e aos seus protagonistas mais relevantes que, no período pós 25 de abril de 1974, em coerência com uma militância persistente e resistente, viram acender-se uma luz para a concretização das suas utopias tão soezmente crucificadas pelos estrénuos defensores do corporativismo e vigiadas por todas as doutrinas antiliberais (ou anti libertárias) que os totalitarismos sempre segregam.

«Graças à combatividade dissidente de António Sérgio, Henrique de Barros e outros, o cooperativismo tomou na Constituição portuguesa de 1976 um lugar semelhante ao dos grandes problemas nacionais. Na sua conceção de democracia direta, participativa e verdadeiramente popular, Sérgio vira um cooperativismo capaz de promover a emancipação da “grei”, um socialismo libertário que se deveria transformar em libertador. Na verdade, liberto da opressão autoritária do interminável Estado Novo e beneficiando da vontade revolucionária de instaurar uma sociedade socialista, o cooperativismo encontra na Constituição democrática de 1976 uma expressão inédita, sendo o sector cooperativo encarado em pé de igualdade com os sectores público e privado.»

Outra faceta relevante deste trabalho é uma especial atenção dedicada a um eixo de análise que o autor qualifica de atualidade e que corresponde à *«tensão histórica entre uma economia social muito ciosa da sua independência e da sua expressão associativa, por um lado, e um Estado social que desde a sua frágil versão liberal mostrou que assumir uma função social-previdente implicava enquadrar o mutualismo voluntário e vigiar o cooperativismo, por outro.»*

O livro integra ainda uma vasta bibliografia de autores portugueses e estrangeiros que, pela sua diversidade e riqueza, demonstra que a economia social é um tema desde há muito estudado, sob os mais diversos ângulos, em todo o mundo e, em particular, no mundo ocidental mas de forma escassa através da disciplina da história.

Somos adeptos de uma política de abertura ao debate da questão conceptual do que se entende por economia social contribuindo este livro para minguar a incompreensão, e ignorância, acerca da sua natureza e papel na sociedade portuguesa. O autor assume que este trabalho não aborda a questão da história das entidades, ou organizações, da economia social, na especificidade das suas diversas «famílias»,

o que anuncia «*deverá ser a segunda peça deste trabalho*», cuja concretização auguramos apoiar para seja dada a conhecer o mais breve possível.